II - Declaração do candidato de que: concorda com as normas editadas pelo Conselho Superior, incluindo a escolha a ser realizada entre os nomes que compõem a lista tríplice; preenche todos os requisitos para investidura do cargo pretendido e aceita a indicação para o cargo de Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública, caso seja escolhido.

Parágrafo Único. Não serão recebidas as habilitações em desconformidade com a lei Complementar Federal nº 80/94, na Lei Complementar Estadual nº 054/06, com as normas prescritas na presente resolução ou no edital de abertura do processo de escolha.

Art. 13. Para fins de habilitação, nos termos desta resolução, considera-se entidade civil a organização ou entidade de natureza privada, legalmente constituída, representativa de interesses sociais relevantes, independentemente de sua vinculação a determinado segmento, classe social ou profissional;

1º. São requisitos para habilitação e participação das entidades civis no processo de formação da lista tríplice, a comprovação das condições abaixo, mediante apresentação de documentação original e cópia, sob pena de não homologação da habilitação, além dos previstos em Lei:

I - Estar legalmente constituída há pelo menos três anos;

II - Não possuir fins lucrativos;

III - Possuir abrangência estadual ou nacional;

IV - Apresentar estatuto da entidade civil, ata de eleição da diretoria, devidamente registrados em cartório e CNPJ;

V - Que tenha por finalidade institucional, a promoção da defesa do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais, combate a discriminação racial, a prevalência e efetividade dos direitos humanos, a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado e ainda possuir afinidade com os objetivos e finalidades da Defensoria Pública.

- 2º. A entidade civil que preencher os requisitos acima e pretender habilitar-se para participar da formação da lista tríplice para escolha do(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, deverá apresentar requerimento ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo fixado pelo Edital de Abertura, juntamente com a documentação retrocitada, além de outras que poderão ser exigidas.

- 3º. A inscrição dos(as) candidatos(as) e das entidades civis implicará o conhecimento e a aceitação das normas para o processo de escolha do Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, bem como desta resolução, dos editais e comunicados a serem publicados.

Art. 14. Findo o prazo para a apresentação de habilitação ao cargo de Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará e do prazo de inscrição para a participação das entidades civis na formação da lista tríplice, a Comissão Eleitoral decidirá e divulgará, por meio do Diário Oficial do Estado observado a ordem alfabética, a relação dos candidatos e entidades civis aptas a participarem do processo de escolha.

- 1º. Após a publicação de que trata o caput deste artigo, será aberto o prazo mínimo de dois dias úteis para que qualquer cidadão possa apresentar impugnação aos candidatos e as entidades civis habilitadas, mediante requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, devidamente fundamentado e com provas do alegado, sob pena de indeferimento liminar da impugnação.

- 2º. Caberá a Comissão Eleitoral à decisão das inscrições dos cidadãos e entidades civis, bem como de eventuais impugnações apresentadas, assegurada ao impugnado apresentar defesa escrita, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 15. As entidades civis habilitadas participarão da sessão do Conselho Superior com direito a voto a formação da lista tríplice para a escolha do(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Art. 16. O(a) Presidente da Comissão Eleitoral, imediatamente comunicará por escrito ao Conselho Superior a relação das entidades civis habilitadas, bem como os nomes dos cidadãos aptos a serem votados para o cargo de Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.

Parágrafo Único. Após a apresentação dos nomes de que trata o caput deste artigo, cessará as atribuições e competências da Comissão Eleitoral prevista nesta resolução.

Art. 17. Em sessão do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, cada uma das entidades civis habilitadas, através de seu representante legal, indicará um candidato dentre os cidadãos já habilitados para formar a lista tríplice, mediante voto direto e aberto.

Art. 18. Formada a lista tríplice, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará decidirá pelo nome do(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, mediante o voto direto, aberto, nominal e obrigatório do Presidente e dos seus membros que tenham direito a voto.

- 1º. Cada concorrente disporá do tempo de 15 (quinze) minutos para defender sua candidatura.

- 2º. Cada concorrente após defender sua candidatura será sabatinado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública

- 3º. No caso de empate, a escolha caberá ao(a) Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará.

- 4º. Considerar-se-á o escolhido o mais bem votado.

- 5º. Qualquer questionamento quanto a votação ou resultado to-

mado na reunião do Conselho Superior que escolherá o(a) Ouvidor(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará será decidido fundamentadamente pelo Colegiado, pela maioria de seus membros, devendo ser lavrada ata circunstanciada do pleito, transcrita em livro próprio para registro na Defensoria Pública do Estado, publicando-se o seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Art. 19. Formalizada a escolha, o(a) Defensor(a) Público(a) Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará procederá à nomeação e posse do Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará.

- 1º. O(a) Ouvidor(a) Geral escolhido em lista tríplice pelo Conselho Superior da Defensoria Pública será nomeado pelo(a) Defensor(a) Público(a) Geral nos 15 (quinze) dias subsequentes à realização da sessão colegiada que o escolheu e empossado perante o Conselho Superior.

- 2º. Caso o(a) Defensor(a) Público(a) Geral não efetive a nomeação do candidato escolhido dentro do prazo previsto, este será investido automaticamente no cargo.

Art. 20. Os casos omissos e dúvidas de interpretação serão resolvidos pelo(a) Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará, podendo ser expedidos editais, comunicados e instruções complementares, inclusive com fixação de datas, prazo e locais estabelecidos nesta resolução administrativa.

Art. 21. O(a) Ouvidor(a) Geral fará declaração pública de bens no ato da posse e ao término do mandato, apresentando-a formalmente à Defensoria Pública Geral do Estado.

SEÇÃO III

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 22 - Qualquer entidade da sociedade civil ou cidadão poderá impugnar qualquer dos(as) candidatos(as) ou entidade (es), quando não forem atendidos os critérios desta Resolução e do Edital, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do ato, desde que de forma fundamentada.

Art. 23 - Registrada a impugnação, a Comissão Eleitoral concederá prazo de 03 (três) dias úteis para manifestação do candidato ou entidade impugnado (a), a contar de sua ciência, que deverá ser instruída com os meios reputados válidos a provar suas alegações.

CAPÍTULO III

DA VACÂNCIA DO CARGO DE OUVIDOR-GERAL

Art. 24 - Decorridos 30 (trinta) dias de afastamento, sem justificativa, será declarada a vacância do cargo de Ouvidor(a) Geral pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.

Art. 25 - Ocorrendo a vacância do cargo de Ouvidor(a) Geral, será realizado, em até 30 (trinta) dias, novo processo de escolha para o preenchimento da vaga, na forma prevista nesta Resolução.

Parágrafo único - Será nomeado e empossado pelo(a) Defensor(a) Público(a) Geral, um substituto para atuação provisória, até a posse do novo Ouvidor-Geral.

CAPÍTULO IV

DA DESTITUIÇÃO DO OUVIDOR-GERAL

Art. 26 - O(a) Ouvidor(a) Geral pode ser destituído antes do fim do mandato, por ato do(a) Defensor(a) Público(a) Geral, a partir de proposta aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos casos abaixo previstos ou que com esses sejam similares:

I - Abuso de poder;

II - Conduta incompatível com o exercício da função;

III - Grave omissão;

IV - Atos de improbidade.

V - Participar da direção de Partido Político

VI - Violação de dispositivo contido no Código de Ética, constituído por meio da Resolução n. 128 CSDP de 10 de março de 2014.

VII - Divulgação em meios de comunicação, de opinião pessoal contrária ao interesse institucional da Defensoria Pública do Estado do Pará e da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO V

DOS DEVERES DO OUVIDOR-GERAL

Art. 27 - São deveres do Ouvidor-Geral, dentre outros, os que seguem abaixo:

I - Pautar sua conduta conforme as disposições do Código de Ética, constituído por meio da Resolução n. 128 CSDP de 10 de março de 2014;

II - Não divulgar em meios de comunicação, opinião pessoal contrária ao interesse institucional da Defensoria Pública do Estado do Pará e da República Federativa do Brasil;

III - Prestar informações aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado, quando solicitadas;

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DA OUVIDORIA-GERAL

Art. 28. À Ouvidoria Geral compete:

I - Receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar nos casos de infração ético-disciplinar e nos casos de qualidade da atuação prestada poderá resolvê-la e arquivá-la;